

# Congressistas vão ganhar 4,7 milhões

BRASÍLIA — Mesmo sem o reajuste dos servidores civis da União, beneficiando-se apenas da URP, os deputados e senadores ainda vão ganhar, em janeiro de 1989, em valores reais, mais do que receberam em janeiro de 1988. Serão 989 OTNs (Czs 4,7 milhões) de remuneração bruta e 715 e 742 OTNs (Czs 3,4 milhões e Czs 3,5 milhões) de remuneração líquida, contra 633 OTNs (Czs 3 milhões). Os vencimentos serão inferiores, no entanto, aos de setembro, quando os parlamentares receberam o equivalente a 888 OTNs (Czs 4,2 milhões), o que deu 853 OTNs (Czs 4 milhões) líquidas. Foi o último mês em que gozaram de isenção quase total do Imposto de Renda.

Apesar de a remuneração,

em valores reais, ficar ainda acima da que os deputados e senadores tinham há um ano, espera-se forte reação, principalmente na Câmara, contra a decisão tomada pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), de não aplicar aos senadores o mesmo índice de reajuste (cerca de 60%) concedido aos servidores da União. Será feito o reajustamento apenas com base na URP, o que dará aproximadamente 26%.

A diretoria-geral da Câmara só tinha, ontem, a instrução dada pelo presidente da Casa, Ulysses Guimarães, antes de deixar Brasília, para não ser feita a folha do pagamento dos deputados, referente a janeiro, sem a sua palavra final. Ontem, no entanto, Humberto Lucena

disse já ter acertado essa questão com Ulysses, por telefone. A Câmara também não pagará o reajustamento integral.

## EXPLOSAO

Humberto Lucena declarou ter cumprido seu dever, porque o Senado, em seu último trabalho, aprovou projeto de decreto-legislativo determinando que o reajustamento dos parlamentares, em janeiro, tome por base apenas o IPC (Humberto Lucena preferiu mandar aplicar a URP). Acredita ter interpretado a vontade da Casa e está certo de que a decisão é constitucional. O projeto do Senado terá, porém, de passar pela Câmara. E é aí que se espera uma explosão, quando o Congresso voltar a funcionar, depois de 15 de fevereiro.

Se de um lado há uma corrente fortemente contrária a qualquer aumento ou qualquer coisa que pareça aumento para os parlamentares, há também os que defendem, com a maior veemência, a necessidade de "remuneração digna". O primeiro grupo é integrado principalmente pelos setores de esquerda. Mas dele fazem parte também nomes como os do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), Afif Domingos (PL-SP), Antônio Carlos Mendes Thame (PFL-SP) e Adroaldo Streck (sem legenda-RS). O segundo, entre outros, pelo líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ), e pelos deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Jairo Carneiro (PFL-BA).

A reação será tanto maior porque, com a não aplicação do reajuste integral, os deputados e senadores vão receber um total bruto, em janeiro, de cerca de Czs 6 milhões, o equivalente, segundo cálculos de assessores do Congresso, aos vencimentos iniciais da carreira da magistratura. Um juiz substituto estará ganhando Czs 5,7 milhões e um juiz de Direito ou presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, Czs 6 milhões, sem contar as vantagens pessoais. Um ministro do Supremo Tribunal Federal estará com um vencimento-base de Czs 7 milhões. E a ironia, segundo um funcionário da Câmara, é que o STF pediu essa remuneração (e o Congresso a aprovou) invocando o princípio constitucio-

nal da isonomia de remuneração entre os três Poderes: seus ministros queriam ganhar tanto quanto os parlamentares federais.

## "MENOS DA METADE"

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), disse ontem que os deputados federais e senadores receberão em janeiro um salário líquido de Czs 3,7 milhões, "menos da metade dos Czs 7,5 milhões divulgados pelos jornais". Segundo ele, os parlamentares vão receber o salário de dezembro corrigido apenas pela URP sem nenhum aumento real, "como ficou estabelecido em decreto-legislativo aprovado pelo Senado, antes do reajuste de 60%, para os servidores federais".

1 DEZ 1988

21-12-88

ESTADO DE SÃO PAULO